



Brasília-DF, 03 de junho de 2026



18º Fórum Sindical Sul encerra com aprovação do "Protocolo de Itapema" para fortalecer o sindicalismo na era digital

Documento aprovado por lideranças de cinco estados reúne diretrizes para inovação sindical, participação política, comunicação digital e defesa dos direitos da classe trabalhadora.



Após três dias de intensos debates, palestras, troca de experiências e construção coletiva, o 18º Fórum Sindical Sul (FSS-2026) foi encerrado na última sexta-feira (29), em Itapema (SC), com a aprovação do "Protocolo de Itapema – Manifesto para a Era Digital". O evento reuniu dirigentes sindicais e trabalhadores dos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, contando com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI).

Com o tema "Inovação Sindical: criar, transformar e impactar a vida da classe trabalhadora", o Fórum consolidou-se mais uma vez como um dos principais

espaços de formação, reflexão e articulação do movimento sindical brasileiro, debatendo os desafios impostos pelas transformações tecnológicas, pela comunicação digital, pela conjuntura política e pelas mudanças no mundo do trabalho.

Durante o encerramento, lideranças sindicais destacaram a importância do encontro para o fortalecimento da organização dos trabalhadores e para a construção de estratégias capazes de enfrentar os desafios atuais.

Para a presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Confecção, Bordados e Preparação e Acabamento de Roupas de Cianorte e Região, Elizabete Mattos, o Fórum representou um momento de grande aprendizado e responsabilidade.

"Foi um momento muito especial para todos nós e meu desejo é que ele dê frutos. É importante participar, mas também multiplicar as informações que recebemos aqui. Precisamos levar esse conhecimento para outras pessoas. O país precisa de gente com sede de aprender. Das nossas mentes e das nossas ações devemos uma resposta à classe trabalhadora que representamos. As famílias desses trabalhadores dependem disso. Precisamos ter coragem e união para enfrentar este momento. Vamos superar essa avalanche e sair vencedores", afirmou.

O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio Grande do Sul, Renato João Dall Agnol, ressaltou o caráter formativo do encontro e a necessidade de preparar novas lideranças.

"Atingimos nosso objetivo. Aprendi muito com os palestrantes e com as manifestações de vocês. Hoje temos dirigentes sindicais e pessoas da base participando para que possam, futuramente, dar continuidade ao nosso trabalho. Tenho certeza de que serão multiplicadores desse conhecimento. É um esforço que fazemos em nome da classe trabalhadora. Além do aprendizado, este Fórum vai deixar saudade. Tudo o que foi debatido aqui contribui para construir uma nova era sindical e resgatar a confiança dos trabalhadores", destacou.

A presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Mato Grosso do Sul, Cleonice Bortolli, enfatizou a riqueza das trocas realizadas durante os três dias de atividades.

"Aprendemos muito e tivemos uma troca de experiências extremamente importante. Sairemos daqui com uma bagagem ainda maior, que será fundamental para mantermos a luta e a resistência do

Brasília-DF, 03 de junho de 2026

movimento sindical. Espero todos vocês no Mato Grosso do Sul no próximo ano”, convidou.

Já o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Couro e Calçado do Rio Grande do Sul, João Pires, destacou o sucesso da organização do evento.

“Foi um grande sucesso, fruto do trabalho incansável da equipe organizadora. Aqui nos sentimos em casa. Espero que todos tenham aprendido bastante e, principalmente, tenham coragem de colocar esse aprendizado em prática”, afirmou.

Representando a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (FETIESC), o presidente Idemar Antonio Martini ressaltou o orgulho de manter uma atividade de formação sindical com a dimensão do Fórum Sindical Sul.

“Esse é o propósito que nos move desde o início. Somos o único movimento sindical que realiza atividades desta dimensão de forma contínua. Com o esforço de cada um, seguimos persistindo. Isso é motivo de orgulho e demonstra a seriedade desse trabalho. Precisamos continuar investindo na formação e organização da nossa base, fortalecendo a participação política e a defesa dos direitos da classe trabalhadora”, afirmou.

Matéria completa: <https://fetiesc.org.br/2026/06/18o-forum-sindical-sul-encerra-com-aprovacao-do-protocolo-de-itapema-para-fortalecer-o-sindicalismo-na-era-digital/>

Fonte: FETIESC

Aprovação da PEC joga pressão sobre senadores pelo fim da escala 6x1

“É hora de pressionar os senadores e defender uma jornada digna para quem move este país. Escala 5x2 já!”, defende a deputada Daiana Santos (PCdoB-RS)



Foto: Alessandro Dantas

Os senadores estão sob forte pressão popular e sindical após aprovação na Câmara dos Deputados da proposta de emenda à Constituição que põs fim à escala 6x1 (seis dias de trabalho com apenas um de

descanso) e a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

Os mais de 460 votos na Câmara demonstraram que se trata de uma pauta que chega ao Senado com amplo apoio da população, conforme já revelaram pesquisas.

O texto a ser avaliado pelos senadores adota de imediato o modelo 5x2 (cinco dias de trabalho com dois dias de folga) e a redução de 44 para 42 horas a partir de 60 dias da promulgação. Após 12 meses da promulgação, a jornada será reduzida para as 40 horas.

“É hora de pressionar os senadores e defender uma jornada digna para quem move este país. Escala 5x2 já!”, defende a deputada Daiana Santos (PCdoB-RS).

Para ela, a mobilização é fundamental para barrar mais uma investida da extrema direita bolsonarista.

Um dia após a aprovação na Câmara, o senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da pré-campanha do colega Flávio Bolsonaro (PL-RJ), ingressou com a chamada PEC do horário flexível, uma forma de se contrapor à proposta da Câmara.

A PEC prevê um regime “flexível, no qual o empregado receberia por horas trabalhadas”. Ou seja, dessa forma o patrão pode pagar ao empregado somente as horas trabalhadas.

“Com apoio de Flávio Bolsonaro, o senador Rogério Marinho apresentou uma PEC que, sob o discurso da ‘flexibilização’, abre caminho para desmontar direitos trabalhistas e ampliar a exploração do trabalho”, disse Daiana, que é autora de projeto pelo fim da escala 6x1 e vice-presidente da comissão especial da Câmara que debateu o assunto.

“Como bem destacou o presidente Lula ao celebrar a histórica aprovação na Câmara: o fim da escala 6x1 representa uma grande vitória civilizatória. Espera-se agora que o Senado Federal cumpra sua alta responsabilidade política, sintonize-se com o clamor popular e aprove a matéria com a celeridade que o momento histórico exige”, diz o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Tramitação

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AC), avisou a aliados que a proposta seguirá o rito protocolar, passando pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e com a realização de audiências públicas.

No Senado, tramita outra PEC da redução da jornada

Brasília-DF, 03 de junho de 2026

e fim da escala, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que já passou pela CCJ e está pronta para votação no plenário.

Os senadores da base do governo avaliam que a proposta da Câmara tem melhores chances de avançar pelo aprofundamento do debate e apoio que recebeu dos deputados.

Fonte: Portal Vermelho

Paulo Paim defende redução da jornada, fortalecimento sindical e democracia na abertura do Fórum Sindical Sul 2026

O Senador foi o grande homenageado da cerimônia de abertura da 18ª edição do evento realizado em Itapema



O senador gaúcho Paulo Paim foi o grande homenageado da cerimônia de abertura da 18ª edição do Fórum Sindical Sul (FSS-2026), realizada nesta quarta-feira, dia 27 de maio, em Itapema (SC). Diante de centenas de dirigentes sindicais e trabalhadores de cinco estados brasileiros, o parlamentar fez uma defesa contundente da democracia, do fortalecimento do movimento sindical, da redução da jornada de trabalho e da organização política da classe trabalhadora.

Com quase quatro décadas de atuação no Congresso Nacional, Paim afirmou que o movimento sindical precisa continuar ocupando os espaços políticos para garantir direitos e enfrentar os desafios impostos ao mundo do trabalho.

“No meu tempo de sindicalista era uma novela mostrar para alguns dirigentes que tinha que fazer política. Hoje chego aqui e vejo aquela bela frase em defesa da democracia, do Governo Lula, da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1; em

defesa da unicidade sindical, do custeio confederativo, da igualdade e do fim da violência contra as mulheres. Deixem elas viver!”, declarou.

Em um discurso marcado por reflexões políticas, sociais e emocionais, o senador destacou que viver em sociedade é, necessariamente, um ato político.

“Homens e mulheres que dedicam suas vidas à defesa da classe trabalhadora vivem em comunidade, vivem uns para os outros. Viver é um ato político e social. Tudo passa pela política”, afirmou.

Paim também falou sobre o encerramento de sua trajetória parlamentar após 40 anos no Congresso Nacional, ressaltando a importância da renovação política.

“Aprendi que homem público deve saber o momento de entrar, mas também precisa ter a grandeza de reconhecer o momento de sair. Saio e abro a porta para os mais jovens. Em breve deixo a vida parlamentar, mas não a política, porque é por meio dela que podemos melhorar, de forma concreta, a vida do nosso povo”, destacou.

Materia completa: <https://fetiesc.org.br/2026/05/paulo-paim-defende-reducao-da-jornada-fortalecimento-sindical-e-democracia-na-abertura-do-forum-sindical-sul-2026/>

Fonte: FETIESC

EUA propõem tarifa de 25% sobre mercadorias importadas do Brasil

Governo Trump acusa o Brasil de práticas "irrazoáveis" em áreas como Pix, etanol, propriedade intelectual, corrupção e desmatamento. Decisão final deve sair até 15 de julho.



Trump e Lula durante o primeiro encontro entre os dois, na Malásia, em 26 de outubro de 2025. Ricardo Stuckert/PR

O governo dos Estados Unidos propôs a cobrança de uma tarifa adicional de 25% sobre mercadorias

**Brasília-DF, 03 de junho de 2026**

brasileiras, após concluir uma investigação comercial aberta em 2025 contra o Brasil. A medida foi anunciada pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos, o USTR, mas ainda não está em vigor e passará por consulta pública antes de eventual aplicação.

A apuração foi conduzida com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, instrumento usado por Washington para reagir a práticas consideradas desleais ou prejudiciais ao comércio americano. No relatório, o USTR afirma que atos, políticas e práticas do governo brasileiro são "irrazoáveis" e "oneram ou restringem" o comércio dos Estados Unidos.

Prazos e negociação

O governo americano receberá comentários por escrito até 1º de julho e realizará audiência pública em 6 de julho. O prazo para interessados pedirem participação termina em 22 de junho. A decisão final sobre eventuais medidas corretivas deve sair até 15 de julho. A investigação foi aberta em 15 de julho de 2025, por determinação do presidente Donald Trump.

Segundo Jamieson Greer, representante comercial dos Estados Unidos, houve conversas recentes com o presidente Lula e integrantes do governo brasileiro, mas as divergências persistem. A conclusão do processo ocorre enquanto os dois países tentam negociar uma saída por meio de um grupo de trabalho criado após a visita de Lula a Trump, em maio, na Casa Branca. As conversas, porém, não avançaram o suficiente para afastar a ameaça de sanções.

Produtos fora da cobrança

Embora a proposta mencione mercadorias brasileiras de forma ampla, o documento prevê várias exceções. Ficariam fora da cobrança produtos como carne bovina, café, terras raras, aeronaves e peças aeronáuticas, fertilizantes, produtos farmacêuticos, compostos químicos orgânicos, frutas, castanhas, petróleo e derivados, além de determinados metais e minérios. Também não seriam atingidos itens já submetidos a medidas americanas de segurança nacional, como aço, alumínio, cobre, veículos, autopeças e produtos fabricados com esses metais.

Críticas ao Brasil

O relatório concentra as acusações em seis frentes. No comércio digital e nos serviços de pagamento, o USTR critica decisões brasileiras contra empresas americanas de tecnologia e questiona o papel do Banco Central no Pix, alegando favorecimento a uma infraestrutura estatal em prejuízo de concorrentes privados dos Estados Unidos. O órgão também contesta tarifas preferenciais concedidas pelo Brasil a

México e Índia, que, segundo Washington, prejudicariam exportadores americanos.

Pressão sobre o governo Lula

O USTR ainda acusa o Brasil de falhar no combate ao desmatamento ilegal, de não oferecer tratamento equilibrado ao etanol americano desde 2017, de demorar na análise de patentes, especialmente no setor biofarmacêutico, e de ter falhas no combate à falsificação e à pirataria.

O documento também critica o país no enfrentamento à corrupção, citando a anulação de processos ligados à Lava Jato pelo Supremo Tribunal Federal, renegociações de acordos de leniência e a piora em indicadores internacionais de percepção da corrupção. A ofensiva ocorre depois de tarifas anteriores adotadas por Trump contra produtos brasileiros terem sido derrubadas pela Suprema Corte dos Estados Unidos, levando o governo americano a recorrer a outros instrumentos legais, como a Seção 301, já usada em disputas comerciais com a China.

Fonte: Congresso em Foco

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

NCST NOVA CENTRAL

Junho
Violência

UM MÊS DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA.

VIOLÊNCIA AO IDOSO É CRIME.

DISQUE DIREITOS HUMANOS 100